



Sonhos inquietantes: metamorfoses do Estado brasileiro na segunda metade do século XX

Anxious dreams: metamorphoses of the Brazilian state in the second half of the 20th century

Vicente RODRIGUES*
Inez STAMPA**

Resumo: O artigo traça um panorama sobre transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas no Estado brasileiro a partir da segunda metade do séc. XX, tomando como hipótese que tais aspectos incidem de forma expressiva na questão democrática no Brasil deste início de séc. XXI. Utilizando como metodologia a revisão bibliográfica e o diálogo entre os autores selecionados, busca demonstrar que os processos iniciados durante a ditadura civil-militar (1964-1985) ecoaram no aparelho do Estado pós-ditadura e em suas relações com a ordem social e econômica do país, estando presentes na raiz das limitações democráticas brasileiras contemporâneas. As reflexões permitem concluir que tais processos se traduziram em solo fértil para a retomada do militarismo e do ultraconservadorismo em parceria com o recrudescimento neoliberal, elementos presentes nesta primeira década do século XXI no Brasil.

Palavras-chave: Estado brasileiro. Ditadura. Redemocratização. Transformações sociais.

Abstract: The article traces the panorama of social, political and economic transformations that occurred in the Brazilian State from the second half of the 20th century, hypothesising that these aspects have a significant impact on the democratic question in Brazil today. As methodology it uses a bibliographic review and the dialogue among the selected authors, to demonstrate that processes initiated during the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985) are echoed in the apparatus of the post-dictatorship State and in its relations with the social and economic order of the country and are present at the root of contemporary Brazilian democratic limitations. We conclude that these processes were transformed into fertile soil for the resumption of militarism and ultra-conservatism in partnership with the neoliberal upsurge, elements that are present in this first decade of the 21st century in Brazil.

Keywords: Brazilian State. Dictatorship. Re-democratisation, Social transformations.

Submetido em: 10/12/2018. Aceito em: 21/6/2019.

* Servidor público federal. Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Rua Moncorvo, Filho, n. 8, Centro, Rio de Janeiro, RJ. ORC ID: <https://orcid.org/0000-0002-7628-8085>. E-mail: <vicenteacr@yahoo.com.br>.

** Assistente social e socióloga. Doutora em Serviço Social. Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. (PUC, Rio de Janeiro, Brasil). Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea, rio de Janeiro, RJ. Membro da Comissão de Altos Estudos do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas/Arquivo Nacional. Bolsista Produtividade em Pesquisa (CNPq). ORC ID: <https://orcid.org/0000-0003-3770-1129>. E-mail: <inezstampa@gmail.com>.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Numa manhã, ao despertar de sonhos inquietantes, Gregor Samsa deu por si na cama transformado num gigantesco inseto. Estava deitado sobre o dorso, tão duro que parecia revestido de metal, e, ao levantar um pouco a cabeça, divisou o arredondado ventre castanho dividido em duros segmentos arqueados, sobre o qual a colcha dificilmente mantinha a posição e estava a ponto de escorregar. Comparadas com o resto do corpo, as inúmeras pernas, que eram miseravelmente finas, agitavam-se desesperadamente diante de seus olhos.

(Metamorfose, Kafka, 2002).

Introdução

O objetivo deste artigo é traçar um panorama sobre transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas no âmbito do Estado brasileiro a partir da segunda metade do séc. XX, de forma a propiciar reflexões sobre a questão democrática no Brasil deste início de séc. XXI. Para isso, adotamos uma perspectiva segundo a qual processos iniciados durante a chamada ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) ecoaram no aparelho do Estado pós-ditadura e em suas relações com a ordem social e a ordem econômica, notadamente no que se refere à redemocratização política e a liberalização econômica das décadas de 1980 e 1990 e que estes, por sua vez, estão na raiz das limitações democráticas brasileiras contemporâneas.

Do ponto de vista metodológico, será estabelecido um diálogo entre autores como Dreifuss (1980), Netto (2014), Ianni (1981), Sallum Júnior (2003; 2012; 2016) e Pochmann (2010), dentre outros. Trata-se de uma revisão bibliográfica que utiliza autores selecionados pela complementariedade que, a nosso juízo, é possível observar em suas análises a partir de três pontos principais: o cuidado em analisar o quadro socioeconômico dos períodos em análise, historicamente subsequentes; a compreensão de que entre economia e política não há uma relação automática ou mecânica, contudo necessária para as análises propostas; e, por fim, a utilização de um vasto cabedal de fontes primárias.

Assim, o presente artigo foi construído a partir de uma revisão da bibliografia pertinente a períodos de transição subsequentes – o final do chamado período democrático (1946-1964), a ditadura civil-militar (1964-1985) e a Nova República (1985-) – de forma a resumir o conhecimento existente e concluir sobre o assunto de interesse (COOPER; HEDGES, 2009). Busca-se, com isso, estabelecer uma análise aprofundada por intermédio de mediações, de forma a possibilitar a realização das reflexões apresentadas no decorrer da exposição.

Percorre ainda o texto e inspira o título deste artigo o inquietante primeiro parágrafo da obra *Metamorfose*, do autor checo Franz Kafka (1883-1924), arguto observador de alienações, perseguições e opressões que se avizinhavam na aurora do séc. XX.

Marcamos como ponto de partida dessa reflexão a eleição presidencial de 3 de outubro de 1960, na qual 12,5 milhões de brasileiros foram às urnas, elegendo o político conservador paulista Jânio Quadros, da União Democrática Nacional (UDN), que

derrotou o candidato trabalhista da coligação PSD/PTB¹ Henrique Lott. Na mesma oportunidade, foi eleito vice-presidente o gaúcho João Belchior Marques Goulart, popularmente conhecido como Jango, da coligação PSD/PTB. Jango tinha feito sua estreia na política nacional durante o segundo governo do ex-presidente Getúlio Vargas, a quem servira brevemente como ministro do trabalho, em 1954 – cargo do qual tivera que se demitir em virtude de pressões de setores industriais após defender o aumento de 100% do salário mínimo.

Conforme aponta Netto (2014), o Brasil que elegeu a dupla Jânio-Jango era muito diferente do país que conhecemos hoje. A população era predominantemente rural (53,7% da população vivia no campo, e apenas São Paulo e Rio de Janeiro contavam com mais de 1 milhão de habitantes), a malha ferroviária superava a malha rodoviária (38,2 mil km de rodovias contra apenas 24 mil km de rodovias) e 53,97% da população economicamente ativa exercia atividades ligadas a agropecuária, contra apenas 17,61% concentrados na indústria, 6,57% no comércio, 5,66% na administração pública, 4,60% em transportes e comunicações (mesmo percentual de ocupados com atividades bancárias e financeiras) e 10,6% estavam engajados em outros ramos do setor de serviços.

Porém, desde o final do primeiro governo autoritário de Vargas (1934-1945) com o primeiro grande movimento de industrialização no Brasil, passando pelo *Plano de Metas* do governo Kubitschek (1956-1961), a renda industrial foi progressivamente suplantando os rendimentos do campo, e transformações econômicas impactaram a estrutura social do país, expulsando grande contingente de pessoas do campo para as cidades, gerando novas tensões nos precários ambientes urbanos nacionais. O grande influxo de capitais internacionais, que contribuía decisivamente para ampliar e diversificar o processo de industrialização, e permitiu ao país crescer a uma taxa de 7,6% por ano entre 1950 e 1960 (NETTO, 2014), também ampliou a dívida externa e gerou inflação, graças à necessidade do governo de obter internacionalmente os financiamentos necessários à sua política de atração de empresas transnacionais. Da mesma forma, os investimentos deram-se de forma concentrada na região Sudeste, contribuindo para acentuar a decadência econômica de outras regiões, como ocorreu com a região Nordeste. O país como um todo passava por rápidas e profundas transformações.

No plano internacional, recrudescia a chamada Guerra Fria, conflito entre as duas superpotências surgidas após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, representando o bloco ocidental e democrático reunido sob a bandeira da Organização do Tratado do Atlântico Norte – Otan (1949) e a União Soviética, líder do chamado bloco socialista e poder hegemônico por trás do Pacto de Varsóvia (1954).

¹ O Partido Social Democrático (PSD) tinha orientação flutuante, passando da centro-esquerda à centro-direita, ao passo que o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) congregava a esquerda não comunista. A coligação PTB/PSD, que não se repetia em todos os estados, rivalizava com a coligação de direita liderada pela União Democrática Nacional (UDN).

Foi nesse contexto, interno e externo, que se elegeu Jânio Quadros, com um discurso moralizador, batendo firme nos escândalos de corrupção, supostos ou reais, da administração JK, aproveitando-se da insatisfação de setores das Forças Armadas com o governo, ao mesmo tempo em que ampliava a promessa de desenvolvimento capitalista. O governo Quadros, contudo, foi breve e errático, tanto do ponto de vista interno quanto de sua política externa (MARKUN; HAMILTON, 2001)², e o presidente acabou por renunciar em 1961, abrindo espaço para uma crise política que bordejou o enfrentamento militar³.

Em 1961, contudo, a tentativa de se estabelecer um regime ditatorial ou, no mínimo, uma presidência tutelada pelas Forças Armadas, com a colaboração do então presidente da Câmara, o político conservador Ranieri Mazzilli (PSD), não obteria sucesso. Goulart acabaria por assumir a presidência da República (1961-1964) após a deflagração da chamada Campanha da Legalidade⁴ por seus partidários, e de assinar um compromisso que envolvia a adoção do sistema parlamentarista por um ano, tempo após o qual deveria ser submetido a referendo popular a sua manutenção ou retorno ao sistema presidencialista. A opção parlamentarista acabou derrubada nas urnas, em 1962. Sobrevivente político da tentativa frustrada de golpe em 1961, e tendo conseguido reestabelecer o sistema presidencialista no Brasil, Jango buscava uma saída para fortalecer o seu governo que, àquela altura, ainda tinha três anos pela frente.

No campo externo, os EUA receberam com desconfiança as propostas reformistas do governo, que se chocavam com objetivos estratégicos de curto e longo prazo do governo norte-americano. Em relatório secreto preparado em março de 1962, a partir de consultas com outras agências e departamentos interessados, “[...] o Departamento de Estado norte-americano já definira, como objetivo de longo prazo, a manutenção de um clima favorável para o investimento do capital norte-americano no Brasil” (ARQUIVO NACIONAL, 1962, p. 5-6) e, como objetivo de curto prazo, preservar a relação econômica mutuamente favorável sob as regras do GATT⁵. Entre as linhas de ação sugeridas pelo Departamento de Estado, estava o fim da influência de elementos

² Ao mesmo tempo em que se cercava de militares conservadores e acenava ao Fundo Monetário Internacional (FMI), com reformas liberalizantes que mudavam a estrutura cambial submetendo-a a “[...] puros mecanismos de mercado [...]” (NETTO, 2014, p. 29), também condecorava Ernesto *Che* Guevara, um dos líderes da revolução socialista em Cuba, procurando, assim, manifestar uma política externa independente dos EUA.

³ Jango encontrava-se, no momento da renúncia de Quadros, em visita oficial à República Popular da China, país de orientação comunista. Colhido de surpresa pelos eventos, tentou retornar ao Brasil para assumir o governo, no que foi impedido por setores conservadores das Forças Armadas. Entre os militares rebelados, encontrava-se praticamente todo o staff militar de Jânio Quadros, como o general Orlando Geisel (chefe da Casa Militar), o almirante Sílvio Heck (ministro da Marinha) e o brigadeiro Gabriel Grün Moss (ministro da Aeronáutica).

⁴ A Campanha da Legalidade representou a reação civil e militar à tentativa de golpe de Estado em 1961. Liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola (1959-1963), preconizava o cumprimento da Constituição Brasileira de 1946 e, por consequência, a posse do vice-presidente João Goulart. Sem a campanha, o golpe teria obtido sucesso (MARKUN; HAMILTON, 2001).

⁵ Trata-se do *Acordo Geral sobre Aduanas e Comércio ou Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio* (em Inglês, *General Agreement on Tariffs and Trade – GATT*), estabelecido em 1947, e que serviria de fundamento, décadas depois, para a criação da Organização Mundial do Comércio, em 1985.

anti-EUA, a não repetição de expropriações como a da IT&T no Rio Grande do Sul⁶, e o apoio a elementos que possam combater o projeto de lei que prevê a limitação da remessa de lucros por parte de empresas transnacionais.

Após tentativas frustradas de reconciliação com os setores econômicos e políticos que se encontravam radicalizados contra seu governo, realizou um grande comício na Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, que ficaria conhecido como o Comício das Reformas de Base, onde anunciou que o governo adotaria uma série de ações e projetos que levariam a mudanças radicais na estrutura agrária, econômica e educacional do país sem, contudo, se afastar do marco legal e democrático.

Pouco menos de uma semana depois do grande comício governista na Central do Brasil, grupos de oposição civil, da Igreja Católica, bem como elementos das Forças Armadas, organizaram, no dia 19 de março, em várias cidades brasileiras, manifestações de repúdio às reformas propostas por Goulart, classificadas pelos opositores como um primeiro degrau em direção ao comunismo. Em São Paulo, estado onde historicamente os trabalhistas não tinham grande força, o movimento ganhou volume e reuniu milhares de pessoas na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A Marcha foi a senha para o recrudescimento da polarização política, que levou, em 31 de março de 1964, ao golpe de Estado que selaria o fim do governo Goulart, e o estabelecimento de um logo período ditatorial no Brasil (1964-1985).

O dorso, tão duro que parecia revestido de metal: a ditadura de 1964

O golpe de Estado de 1964 teve como resultado mais do que a derrubada de Goulart, levando ao estabelecimento, em 1º de abril do mesmo ano, de um governo que se intitulava revolucionário, comandado por uma junta militar. Representou, principalmente, a demolição paulatina do sistema constitucional democrático estabelecido após o fim do Estado Novo (1937-1945), que sobrevivera razoavelmente incólume a outras tentativas de golpe de Estado desde o governo Kubitschek (1956-1964).

De fato, mal tinha se instalado no Palácio do Planalto, a junta militar decretou o Ato Institucional (AI) nº 1, primeiro de uma série de dezessete normativas que buscavam institucionalizar o regime, promovendo sua fundamentação legal e continuidade política. Com apenas onze artigos, o AI-1 deu ao executivo federal o poder de alterar a constituição e cassar mandatos legislativos e direitos políticos, além da faculdade de demitir, colocar em disponibilidade ou aposentar compulsoriamente qualquer adversário do regime autoproclamado revolucionário, sem apreciação judicial desses casos. Da mesma forma, estabeleceu eleições indiretas para a presidência da República.

⁶ Empresa transnacional da área de comunicações, com sede em Nova York (EUA). A subsidiária da empresa no Rio Grande do Sul foi encampada em 1962, durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963), cunhado de Jango e pertencente ao mesmo partido, o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro. A IT&T viria a ter participação, em 1973, no golpe de Estado no Chile (MONIZ BANDEIRA, 2008), com o financiamento da oposição chilena.

Portanto, embora a Constituição de 1946 somente tenha sido oficialmente substituída em 1967, logo nos primeiros dias da ditadura o texto constitucional começou a ser mutilado pelos atos institucionais do regime. Ao AI-1 sucederam-se dezesseis atos institucionais, dentre os quais o AI-5 (1968), que determinou o fechamento do Congresso Nacional e inaugurou o período mais brutal da repressão política no Brasil, caracterizado pelos “desaparecimentos” forçados, assassinatos e tortura generalizada ocorridos nos aparelhos policiais, oficiais e extraoficiais, do Estado brasileiro.

À junta militar, por seu turno, seguiram-se cinco governos de marechais ou generais-presidentes: Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Médici (1969-1974), Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985). Entre os governos Costa e Silva e Médici, outra junta provisória foi instalada, mas teve curta duração (31 de agosto a 30 de outubro de 1969)⁷.

A sucessão presidencial e as eleições parlamentares eram utilizadas para manter a aparência de normalidade e diferenciar a experiência brasileira de outros regimes sul-americanos nascidos a partir de quarteladas. Estes costumavam concentrar o poder nas mãos de um homem forte⁸, ao passo que, no Brasil, havia um simulacro de alternância democrática. De fato, havia algum grau de alternância, mas dentro do próprio regime ditatorial, e obedecendo à composição de forças da caserna, ainda que influenciada por conjunturas nacionais e internacionais.

Calil (2014) sustenta que “[...] a implementação do Golpe de Estado foi produto de uma conspiração meticulosamente construída ao longo de três anos” (CALIL, 2014, p. 104). Isto é, apesar do estopim inesperadamente aceso pelo general Mourão, o Golpe de 1964 não teria sido uma reação improvisada, nem teve um sentido exclusivamente negativo, de recusa ao processo reformista deflagrado por Goulart ou às crescentes pressões produzidas pelos trabalhadores através de suas organizações. Para o autor, mais do que isto, “[...] o Golpe e a Ditadura tiveram como objetivo a transformação do sistema político e a conformação de um novo regime [...]” (CALIL, 2014, p. 102), adaptado às necessidades de interesses de grandes multinacionais.

Na mesma direção vai Dreifuss (1980), que defende que as classes dominantes, sobretudo o empresariado paulista, “[...] sob a liderança do bloco multinacional e associado, empreenderam uma campanha ideológica e político-militar em frentes diversas” (DREIFUSS, 1980, p. 163). Com a vitória do movimento golpista, estabeleceu-se um novo bloco de poder que deu origem a “[...] uma elite orgânica, cujos diversos estágios de organização para a ação e seus esforços para moldar tanto a economia quanto o sistema político, a fim de favorecer seus interesses e consolidar sua expansão” (DREIFUSS, 1980, p. 481).

Assim, ao buscarmos compreender o desenvolvimento do regime ditatorial estabelecido no Brasil, em 1964, referimos o estudo feito por Netto (2014) que, a partir

⁷ A adoção da junta foi a solução encontrada para evitar a posse do vice-presidente, o civil Pedro Aleixo (Arena), em virtude de doença – uma isquemia cerebral – de Costa e Silva (GASPARI, 2002).

⁸ Como exemplos, citamos a ditadura, no Paraguai, de Alfredo Strossner (1954-1989).

de elementos de economia política, aponta que a ditadura “[...] não nasceu pronta e acabada: ela se modificou ao longo de vinte anos” (NETTO, 2014, p. 84). Da mesma forma, sustenta que a “[...] ditadura não obedeceu apenas à vontade das forças sociais que a instauraram e mantiveram [...]” (NETTO, 2014, p. 86), eis que também teve que se adaptar a processos políticos e econômicos externos e, até mesmo, à resistência democrática interna. Nessa direção, Netto propõe que o processo de desenvolvimento da ditadura pode ser dividido em três grandes fases.

A primeira, denominada pelo autor de a ditadura reacionária: 1964-1968 revela que, desde os primeiros momentos, o regime se configura como uma ditadura que se impôs violentamente através de um golpe de Estado e que era mantida pela força das armas e através de consensos construídos entre grupos específicos, como os militares radicalizados, a grande imprensa e políticos conservadores. O combate à oposição política se fazia através de cassações, expurgos, tortura e assassinatos. Essa fase traz, ainda, características que permaneceriam estáveis durante todo o desenvolvimento do regime, tais como a tutela militar sobre o poder político civil, realizada por um “[...] condomínio militar envolvendo as três armas, embora com visível predomínio da mais importante, o Exército”⁹ (NETTO, 2014, p. 83), e a promoção da chamada Doutrina de Segurança Nacional¹⁰, que incluía não somente previsões a respeito da guerra convencional, declarada entre Estados, mas também se voltava para a guerra não clássica ou de agressão indireta, caracterizada por ações insurrecionais e revolucionárias. Tratava-se, assim, de definir o inimigo interno do regime.

A segunda fase cobre o período do chamado milagre econômico à lenta, gradativa e segura distensão, isto é, de 1969 a 1978. Conforme indica Netto (2014, p. 146), “as mudanças operadas entre 1960 e 1970 já expressavam o impacto dos primeiros seis anos do regime ditatorial sobre a sociedade brasileira”. A economia se recuperara da crise que chegara ao auge em 1964, mas a maior parte da população brasileira sofria com o aumento do arrocho salarial (estagnação salarial associada à inflação) e aumento da desigualdade medida no índice Gini¹¹. O Estado de Segurança Nacional, oriundo da aplicação da Doutrina de Segurança Nacional, atinge seu auge no governo Médici (1969-1974), articulando a repressão contra o inimigo interno à forte propaganda institucional de um Brasil forte, com a utilização de publicidade governamental “[...] em uma escala jamais vista no país [...]” (NETTO, 2014, p. 151) para celebrar o milagre econômico.

⁹ Na verdade, refere-se às três forças: Marinha, Exército e Aeronáutica.

¹⁰ A Doutrina de Segurança Nacional foi oficializada com a edição do Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967. Logo em seu artigo 1º, determinava que “Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei” (BRASIL, 1967) e, portanto, que poderia ser responsabilizada por infrações das mais diversas contra a *Segurança Nacional*. Conforme aponta Aguilar (2011, p. 65) a “Doutrina de Segurança Nacional foi fortemente inspirada no *National Security Act* norte-americano, de 1947”.

¹¹ O Índice Gini, também denominado *Coefficiente Gini*, foi originalmente formulado pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912, e tem por função medir a desigualdade social nos países. Na medição do índice, quanto mais próximo de 1, mais desigual é o país. Em 1960, o índice Gini do Brasil era de 0,53, passando a 0,56 em 1970, a 0,59 em 1979 e atingindo o pico, pouco depois da primeira eleição direta para presidente após a ditadura, em 1990, com 0,69 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1940-2010).

O crescimento da economia, que transformaria o Brasil no paraíso das multinacionais, motiva o governo a tentar estabelecer uma indústria militar e tecnológica¹². Os aparatos repressivos da ditadura brasileira se associam aos seus congêneres na América do Sul por intermédio da Operação Condor, e a repressão interna desarticula a maior parte dos grupos de resistência armada ao regime. O crescimento econômico, contudo, tem forte redução no final do governo Médici e início do governo Geisel, em 1974. A oposição contra o regime se articula em torno do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, partido de oposição criado pela própria ditadura para servir de coadjuvante ao partido governista, a Arena – Aliança Renovadora Nacional, e obtém resultado expressivo nas eleições parlamentares de 1974, possibilitando a primeira grande derrota do regime ditatorial¹³. A ditadura inicia um processo de abertura lenta, gradual e segura em direção ao aperfeiçoamento democrático do Brasil.

A terceira e última fase é demarcada por Netto como sendo de “[...] crise e derrota da ditadura [...]” (NETTO, 2014, p. 214), abarcando o período que vai de 1979 a 1985. A crise econômica converte-se em desastre econômico, com brutais impactos sobre salários (queda de 20% entre 1981 e 1982) e o setor industrial (retração de 52% no mesmo período). Dá-se também o ressurgimento de manifestações populares espontâneas e, por vezes, violentas¹⁴. A extrema-direita do regime, formada, principalmente, por elementos vinculados aos serviços de informação e contrainformação, e apoiada por parcela do empresariado, deflagraram uma série de ataques terroristas na primeira metade da década de 1980¹⁵, mas não conseguiriam interromper o processo de abertura, o surgimento de grandes manifestações populares por democracia¹⁶, bem como a retomada da influência do sindicalismo, principalmente na região do ABC paulista¹⁷. Entre as reformas liberalizantes estavam a promulgação da

¹² Com a criação, por exemplo, da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e a Indústria de Materiais Bélicos (IBL).

¹³ Na votação para o Senado, o MDB superou a Arena em mais de quatro milhões de votos, e para a Câmara dos Deputados o resultado foi apertado - a Arena venceu com 51,9% dos votos contra 48,0%; resultado semelhante foi registrado na renovação das assembleias legislativas estaduais - Arena 52,0% contra MDB 47,9% (NETTO, 2014). Segundo Gaspari (2003, p. 454), o resultado desnorteou o presidente-general Ernesto Geisel, que esperava uma vitória retumbante contra o MDB, e estava mesmo preocupado em não *liquidar* o partido opositor de forma a garantir a continuidade do simulacro democrático.

¹⁴ Exemplo desse tipo de erupção social foi a Greve da Meia Passagem, em São Luís (MA). Inicialmente um movimento estudantil em defesa do direito de meia passagem, converteu-se em movimento contra o regime e com a ocorrência de quebra-quebras durante mais de dez dias, em setembro de 1979, após a intervenção, ela própria violenta, da política militar estadual. Outros movimentos ocorreram em Porto Alegre, Manaus, João Pessoa, Vitória, Fortaleza, Salvador, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro (NETTO, 2014).

¹⁵ Um dos casos de maior repercussão nacional foi o ataque à bomba na seccional da OAB no Rio de Janeiro, que vitimou a secretária da presidência, Dona Lyda Monteiro, em 1980. Pouco menos de 35 anos depois, a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro determinou a responsabilidade do agente Magno Cantarino, conhecido pelo codinome Guarany, e de outros agentes vinculados ao Centro de Informação do Exército (CIE).

¹⁶ A maior das manifestações foi realizada em 25 de janeiro de 1983, em São Paulo, no âmbito do movimento das Diretas-Já, reunindo aproximadamente 1,5 milhão de pessoas. O movimento das Diretas-Já defendia o retorno das eleições diretas para o cargo de presidente da República.

¹⁷ A região do ABC Paulista compreendia, originalmente, quatro cidades, a saber: Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C). Essa região concentrava grande parte das montadoras de automóveis transnacionais, como a Ford e a Volkswagen, bem como uma série de

Lei de Anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979) e o fim do bipartidarismo compulsório¹⁸. Com o regime em crise, foi feita a transição suave para o retorno de um civil à presidência da República, Tancredo Neves (MDB)¹⁹.

Durante todo esse período, de 1964 a 1985, foi notável o fortalecimento da função executiva pela exacerbação do centralismo político. O poder executivo federal preponderou sobre outras funções do Estado, chegando mesmo a determinar, o recesso (fechamento) do Congresso Nacional, das assembleias legislativas estaduais, e das câmaras municipais. Só o Supremo Tribunal Federal não foi fechado porque, aparentemente, não houve necessidade²⁰.

Nesse contexto, as liberdades de expressão e de organização foram severamente limitadas. O próprio processo político restou engessado, com a adoção do bipartidarismo compulsório, formado pela governista Aliança Renovadora Nacional (Arena) e pelo, inicialmente inofensivo, Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Da mesma forma, sindicatos, grêmios universitários e outras organizações representativas foram extintas ou sofreram interferência do governo, com a nomeação de dirigentes alinhados à política do regime militar.

Os meios de comunicação e as manifestações artísticas, quando críticas aos governantes ou à realidade socioeconômica, também foram reprimidos pela censura. Em sentido contrário, o regime militar pode contar, na maior parte do tempo, com o apoio decidido dos jornais mais vendidos do país, o que, em alguns casos, representou mais do que a mera publicação de matérias simpáticas ao regime²¹.

O período da ditadura militar também demarcou, dentro da lógica do sistema capitalista de produção, uma fase de grandes transformações na economia do Brasil, de

empresas metalúrgicas. Não é surpresa, portanto, que tenha sido o berço do chamado “Novo Sindicalismo”, fortemente influenciado pelas categorias dos montadores de automóveis e dos metalúrgicos, reunidas, comumente, na mesma base sindical.

¹⁸ Lei Orgânica dos Partidos Políticos, promulgada em 20 de dezembro de 1979, sob o nº 6.767. A liberalização não contemplava o Partido Comunista Brasileiro, impedido de funcionar em virtude do disposto no art. 5º, § 3º *in verbis*: “Não se poderá utilizar designação ou denominação partidária, nem se fará arregimentação de filiados ou adeptos, com base em credos religiosos ou sentimentos de raça ou **classe**” (BRASIL, 1979, grifo nosso).

¹⁹ Tancredo Neves faleceu em 1985, pouco antes de assumir a presidência. Foi substituído por seu vice, José Sarney, egresso da Arena e, na época, recentemente filiado ao MDB.

²⁰ Conforme notícia Carvalho (2010, não paginado) sobre o STF no período: “O único a rebelar-se publicamente contra os militares foi Adauto Lúcio Cardoso: em 1971, vencido numa votação contra a censura, ele retirou-se intempestivamente do plenário durante a sessão de julgamento. Celso de Mello, o que mais sabe sobre a história da Corte, não confirma que Adauto Lúcio Cardoso tenha jogado a toga sobre a bancada ao se retirar”.

²¹ De acordo com os pesquisadores Freire e Kushnir (2012) conglomerados empresariais como o Grupo Folha, que edita a Folha de S. Paulo, atualmente o jornal mais vendido do Brasil, contribuíram financeiramente para a chamada Operação Bandeirante (Oban), que, durante a década de 1970, tinha por objetivo reprimir a dissidência armada ao regime, e no âmbito da qual ocorreram algumas das mais graves violações dos direitos humanos no período da ditadura militar.

modernização da indústria e dos serviços, de concentração de renda, de abertura ao capital estrangeiro e do endividamento externo.

Durante o período em que perdurou, a ditadura estabeleceu direções duradouras e procedimentos administrativos para a atuação do Estado e suas formas de decisão e relacionamento com o setor privado na economia. Da mesma forma, delimitou estritamente a atuação da sociedade civil, formou quadros na academia e estabeleceu procedimentos para a burocracia e para as forças de segurança do país. Esse, por assim dizer, capital intelectual era necessário à administração de um aparato estatal cada vez mais complexo e especializado. Como observa Dreifuss:

Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários (DREIFUSS, 1980, p. 417).

Sobre o tema, Ianni (1981, p. 5) menciona que os agentes da ditadura, incluindo governantes, tecnocratas e membros do alto funcionalismo²², sempre insistiram que o planejamento e administração da máquina estatal dava-se através de técnicas que não eram nem de esquerda, nem de direita, mas politicamente neutras. Assim, a ditadura adotou o planejamento como técnica e como retórica de governo. Para evitar quaisquer obstáculos a aplicação desse postulado é que partidos políticos foram suprimidos, políticos cassados e o Congresso Nacional fechado (com o Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968). A pretendida neutralidade da ditadura, contudo, era uma tomada de posição bem definida. Assim, ao lado da técnica supostamente neutra do planejamento, a ditadura executou, através de seus órgãos de repressão, medidas coercitivas para ampliar e reforçar o seu próprio poder de formular e pôr em prática tais planos e programas.

A predominância de tecnocratas civis ligados a empresários, ou dos próprios empresários atuando como tecnocratas (tecno-empresários), levam parte da historiografia nacional a preferir o termo ditadura civil-militar, atualmente dominante, em benefício de outro, que qualificaria a participação dos civis: ditadura empresarial-militar. É essa, por exemplo, a posição de Melo (2014), ao sustentar que essa expressão define com mais precisão a natureza de “[...] uma ditadura empresarial-militar implantada a partir de uma insurreição contrarrevolucionária das classes dominantes” (MELO, 2014, p. 53) associada a interesses internacionais²³.

O arredondado ventre castanho: a transição política à democracia limitada

²² Podemos citar, dentre outros, Roberto Campos e Delfim Neto, da Economia, e Vicente Rao e Alfredo Buzzaid, do Direito. Além de uma pluralidade de presidentes, diretores, chefes e subchefes de órgãos, institutos, fundações e repartições Brasil afora.

²³ Ianni (1981, p. 46) cita como exemplo que “[...] dados referentes a 1974 mostram que o faturamento das empresas estrangeiras chegou a 42,8% do total, enquanto que as nacionais privadas chegaram a 32% [...]” de aumento. Isto em tempos de arrocho salarial e aumento da desigualdade social.

Conforme aponta Sallum Júnior (2016, p. 116), a transição política brasileira começou com a crise de Estado de 1983-1984 e terminou com o governo Cardoso (1995-2004). É bem verdade que a ditadura militar já planejava a transição desde, pelo menos, o governo do penúltimo general-presidente Geisel (1974-1979), que preconizava uma distensão lenta, gradual e segura do regime político estabelecido em 1964, mas foi somente durante o governo do último ditador militar, Figueiredo (1979-1985) que a crise política e econômica do regime se intensificou de tal forma que tornou a transição política um fato inexorável.

Para o supracitado autor, no ano de 2002 – portanto no final do segundo governo Cardoso – o Estado ganhou “[...] estabilidade segundo um novo padrão hegemônico de dominação, moderadamente liberal em assuntos econômicos e completamente identificado com a democracia representativa [...]” (SALLUM JÚNIOR, 2003, p.37) em um momento de transnacionalização do capitalismo (globalização da economia direcionada por empresas transnacionais) e de “[...] democratização da sociedade brasileira” (SALLUM JÚNIOR, 2003, p.37).

Fernando Henrique Cardoso, ou FHC como é popularmente conhecido esse sociólogo que militou contra a ditadura de 1964, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi eleito em 3 de outubro de 1994, juntamente com o seu vice-presidente, Marcos Maciel, do Partido da Frente Liberal (PFL), herdeiro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido artificial criado pela ditadura de 1964 para aglutinar os aliados do regime. A chapa FHC-Maciel venceu em primeiro turno com 54,24% dos votos, derrotando o líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), que teve 27,07%, o *outsider* ultraconservador Enéas Carneiro, do Partido de Reedificação Nacional (PRONA), que amealhou 7,38% dos votos e, surpreendentemente, superou o candidato do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Leonel Brizola, que registrou 3,19% dos votos, e, ainda, do candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o ex-governador paulista Orestes Quécia (4,38%). No total, votaram 77.898.464 milhões de brasileiros, aproximadamente 60% dos inscritos com capacidade eleitoral ativa.

A eleição que levou FHC à presidência foi o segundo pleito direto²⁴ para presidente da República no período pós-ditadura. Antes dele, o empresário alagoano Fernando Collor de Mello tinha sido eleito em 1989, e substituído, após processo de *impeachment*, pelo vice-presidente, o político mineiro Itamar Franco, do PMDB. Assim, as primeiras eleições presidências após o regime de 1964 escolheram, com apoio de grande parte do empresariado nacional, incluindo os grandes meios de comunicação, um presidente vinculado ao campo conservador e que apostava politicamente na reforma do Estado e na liberalização das importações como meio de estabilizar a economia nacional, então sofrendo com um processo de hiperinflação.

²⁴ No período imediatamente após o fim do regime, assumiu, por eleições indiretas à presidência, o civil José Sarney, político maranhense que fez carreira na ARENA, mas, no final do regime ditatorial, converteu-se ao PMDB. O titular da chapa eleita indiretamente, o político mineiro Tancredo Neves, faleceu pouco antes de assumir o poder.

O país que elegeu, em 1994, a dupla FHC-Maciel possuía um perfil diferente do Brasil deixado pela ditadura militar e pelos primeiros governos civis pós-ditadura. A hiperinflação dos anos 1980 e 1990, tinha, afinal, sido debelada no governo Franco (1992-1995), e a taxa de urbanização tinha saltado de 55,92%, nos anos 1970, para impressionantes 75,59% em 1991, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007). Do ponto de vista das liberdades democráticas, além das eleições diretas para presidente, a censura prévia aos meios de comunicação e à manifestação artística, política e cultural tinha sido suprimida em junho de 1978, e uma incipiente anistia política tinha dado seus primeiros passos em agosto de 1979, conquanto também protegesse os perpetradores de graves violações de direitos humanos praticada durante a ditadura iniciada em 1964²⁵.

Neste último aspecto, é importante apontar, ainda, que o fim da ditadura e, mais especificamente, da censura prévia, não foi acompanhada por um processo de democratização do espectro comunicacional. De fato, os mesmos grupos econômicos que controlam a informação pública no Brasil, por meio de concessões de rádio e televisão, além de contratos publicitários governamentais polpudos que mantinham publicações impressas como jornais e revistas, continuaram a fazê-lo. Na prática, os grandes oligopólios comunicacionais, muitos dos quais nascidos na ditadura e dela dependentes, simplesmente ajustaram o discurso, sem nenhum ato de contrição, passaram a apoiar as novas forças políticas hegemônicas, as quais contavam, não raro, com o cabedal tecnocrático herdado do período ditatorial, tanto no Executivo, quando nos poderes Legislativo e Judiciário. Um processo de metamorfose política, que permitiu, por exemplo, a jornais como a Folha de S. Paulo, que emprestava carros à Operação Bandeirante, responsável por inúmeros assassinatos e desaparecimentos forçados durante o período mais agressivo das forças de segurança da ditadura, passar a defensores das liberdades democráticas.

Embora se possa destacar inúmeros elementos que propiciaram a vitória de FHC, inclusive o anteriormente citado, dois elementos adicionais merecem destaque. Conforme aponta Sallum Júnior (2012), o Brasil de então experimentava um grande influxo de capitais internacionais, movimento iniciado ainda no período Collor, com o “[...] avanço do liberalismo econômico, no plano ideológico e institucional, e a rejeição a soluções autocráticas para a crise” (SALLUM JÚNIOR, 2012, p. 50). A esse elemento se somou o sucesso inicial do Plano Real, de combate à hiperinflação, e que teve FHC como um de seus fiadores.

A instabilidade política, apesar de ainda presente, foi progressivamente superada pela polarização, de um lado, entre uma heterogênea aliança conservadora liderada por FHC, que congregava ex-militantes contra a ditadura e quadros do próprio regime e, de outro, o crescimento do prestígio do Partido dos Trabalhadores (PT), superando e suplantando os trabalhistas do PDT como a principal força política da esquerda nacional. Foram essas as “[...] alavancas poderosas para a nova tentativa, realizada em 1994, de superar a crise de hegemonia que minava a sociedade brasileira desde o início

²⁵ Por intermédio da Lei n° 6.683, de 28 de agosto de 1979.

da década de 1980 [...]” (SALLUM JÚNIOR, 2012, p.52), numa espécie de princípio da universalidade que trouxe ordem ao descontrole político, social e econômico que se seguiu ao fim da ditadura de 1964²⁶.

Isto é, a partir de 1995, busca-se eliminar os *resíduos do Estado varguista*, que tem no Estado o ator central do desenvolvimento econômico e social do país, substituindo-se ele por novas formas de “[...] regulamentar o mercado, de acordo com um sistema multifacetado de ideias, cujo denominador comum era um liberalismo econômico moderado [...]” (SALLUM JÚNIOR, 2012, p. 51), o que levou a um massivo processo de desestatização que, em que pese a posição do autor supramencionado, nada teve de moderado.

Pretendia-se, com isso, que o Estado inicialmente transferisse grande parte de suas funções empresariais ou voltadas para áreas econômicas anteriormente julgadas como estratégicas (comunicações, siderurgia, petróleo e gás, serviços bancários, por exemplo) para a iniciativa privada, incluindo empresas de capital internacional. Após essa transferência, que liberaria o Estado do peso de estatais e empresas públicas, este atuaria apenas como ente regulador dessas atividades, liberando-se para cumprir seu papel típico em uma sociabilidade capitalista avançada.

Todas essas gigantescas transformações deram-se num contexto internacional de prevalência do chamado Consenso de Washington (1989), conjunto de medidas de cunho neoliberal elaboradas pelo Departamento de Tesouro Norte-Americano, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, estas duas últimas organizações reconhecidamente sob o comando dos Estados Unidos. Apesar das proclamações em contrário por parte dos apologistas neoliberais, que sustentavam a eliminação da pobreza e da desigualdade extrema seria a consequência natural da abertura econômica em escala global, é que, pouco mais de década depois do Consenso, em 52 nações do mundo a pobreza tinha aumentado, e não diminuído, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (UNDR)²⁷.

No Brasil, os efeitos dessas políticas tornaram-se mais dramáticos a partir de 1999, quando o Banco Central, após utilizar grande parte das reservas internacionais do país, foi obrigado a abandonar o sistema de bandas cambiais, que previa limites de variação no câmbio, um dos pilares do Plano Real. Isso levou à desvalorização da moeda Real (R\$) diante das moedas de referência no mundo das transações internacionais, como o dólar, gerando inflação, afetando os contratos no exterior regulados por essas moedas, e deixando o país à beira da insolvência financeira. Conforme aponta Sallum Júnior (2016), o quadro somente se agravaria nos anos seguintes, e o Brasil passou a ter “[...] dificuldades para rolar as dívidas externa e interna” (SALLUM JÚNIOR, 2016, p. 115).

²⁶ Sallum Júnior (2003) referencia Sola e Kugelmas (1996) para defender a importância do Plano Real como um primeiro passo em busca do “[...] princípio de universalidade [...] capaz de assegurar a superação da particularidade e da contingência inerentes ao comportamento descontrolado das forças em conflito” (SOLA; KUGELMAS, 1996, p. 12).

²⁷ Uma síntese sobre o fenômeno, de autoria de François Houtart, pode ser vista em Houtart (2005, p. 52-58).

Além disso, o processo de reorganização da economia durante a fase democrática não levou, necessariamente, ao aumento do espaço público de debates na sociedade brasileira. Em alguns casos, deu-se exatamente o contrário, como ocorreu com os sindicatos, fragilizados com as novas determinações do capitalismo globalizado e das estratégias neoliberais adaptadas à realidade brasileira. Esse é um elemento de destaque a se considerar no que toca à questão democrática, no Brasil, pois foi por meio das lutas sindicais, associadas a outras lutas sociais (partidárias, de mulheres, da comunidade LGBTQI, e de outros movimentos sociais), que foi possível atingir, nos anos 1980, e notadamente por intermédio da Constituição Federal de 1988, diversas conquistas para a população brasileira, como, por exemplo, a unificação do sistema de assistência e previdência social para trabalhadores urbanos e rurais, a vedação à discriminação salarial em razão de gênero etc.

Apesar da importância do parlamento no desenho legal e formalização dessas conquistas, a experiência de democracia de massa no Brasil é relativamente limitada e contida no tempo. Conforme aponta Pochmann (2010), “[...] somente a partir de 1930, por exemplo, que o país superou o estágio da democracia censitária, quando menos de um décimo do total da população votava” (POCHMANN, 2010, p. 648).

Essa expansão do número relativo de pessoas habilitadas a votar, sem dúvida conquista nada desprezível num regime que se pretende democrático, contribuiu decisivamente para a obtenção das supramencionadas conquistas. Mas, ao mesmo tempo, como pontua o autor:

[...] toda vez que o movimento popular parecia ganhar força (e maioria no Legislativo ou no Executivo), o autoritarismo foi utilizado por interesses econômicos e políticos contrários a isso, a fim de bloquear as brechas de avanços sociais possíveis, como durante o Estado Novo (1937-1945), no conservadorismo extremo do presidente Dutra (tornou ilegais os partidos de esquerda) e ainda no Regime Militar (1964-1984) (POCHMANN, 2010, p. 648).

É possível adicionar, ainda, que o autoritarismo não é exclusivo, na história brasileira, dos períodos autoritários. Da mesma forma que a comunicação brasileira não foi democratizada após o fim da ditadura, e que os tecno-empresários da ditadura de 1964 continuaram controlando os mais diversos aparelhos do Estado, inclusive no que se refere à condução da política econômica, os aparelhos de segurança também não foram reformados, mas sim transportados quase que sem ajustes do período repressivo para o período democrático, de maneira que uma das polícias que mais mata no mundo em meio a uma insolúvel crise de segurança pública de escala nacional, é a mesma utilizada para a repressão a movimentos sociais no campo e na cidade.

Conclusão

O autoritarismo dos aparelhos de Estado é traço permanente na história brasileira, e de forma velada ou aberta, é utilizado para bloquear a democracia, tornando-a a limitada justamente nos momentos cruciais de sua história, o que distancia o Brasil de outras

experiências do mundo capitalista, ancorando o país em uma posição periférica no sistema internacional.

Em síntese, não tivemos reforma agrária que permitisse redistribuir a concentrada propriedade fundiária, nem tampouco reforma tributária que tornasse progressiva a estrutura dos impostos (o que não interessaria aos tecno-empresários), ou reforma social que fizesse universal o acesso regulado aos direitos sociais e trabalhistas.

E isso porque concentrar renda, na escala brasileira, não é somente concentrar riqueza, mas também concentrar um poder quase incontrastável, e limitar a democracia ao atendimento de interesses muito específicos do que se pode designar como um poder permanente que atravessa a história brasileira no séc. XX, profundamente autoritário, cioso de suas prerrogativas hegemônicas e dotado de fantástica capacidade de metamorfose.

Diante do exposto, buscar compreender processos internos vinculados ao atendimento dos interesses imediatos da burguesia brasileira e, ainda, processos externos mais amplos, que relacionam análises que posicionam o Brasil como país periférico na ordem capitalista e, por consequência, submetido a interesses que não são próprios do Estado brasileiro é pré-condição para o entendimento do Brasil na contemporaneidade. Mas esse movimento reflexivo somente pode ser bem sucedido pelo encadeamento histórico de períodos específicos da história brasileira, cujo desenvolvimento não contém somente rupturas, mas, principalmente, manutenções e atualizações.

Dessa forma, é possível afirmar que as metamorfoses do Estado brasileiro abordadas neste artigo se traduziram em solo fértil para a situação atual em que o país está mergulhado, a qual pode ser demonstrada com a retomada do militarismo e do ultraconservadorismo em parceria com o recrudescimento neoliberal, elementos terrivelmente presentes nos últimos anos da primeira década do século XXI no país, sobretudo com a ascensão ao poder, em 2019, do governo de ultradireita de Jair Bolsonaro. Ou seja, dos “sonhos inquietantes” passou-se aos pesadelos reais em nome da sociabilidade burguesa e da manutenção do capital.

Referências

AGUILAR, S. L. C. Regimes militares e a segurança nacional no Cone Sul. **Militares e política**, n. 9, p. 64-82, jul./dez. 2011.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Brazil - Department of State - Guidelines for Policy and Operations - Secret**. Março de 1962. Notação: CNV.o.RCE.00092000538201527/6. Fundo Comissão Nacional da Verdade. Acervo do Arquivo Nacional.

BRASIL. **Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979**. Modifica dispositivos da Lei nº 5682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo

152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-Lei nº 1541, de 14 de abril de 1977; e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6767-20-dezembro-1979-357280-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 dez. 2018.

CALIL, G. O revisionismo sobre a ditadura brasileira: a obra de Elio Gaspari. **Revista Catalana d'Història**, Barcelona, Segle XX, n.7, p.99-126, 2014.

COOPER, H.; HEDGES, L. Research Synthesis as a Scientific Process. In: H. COOPER, L. HEDGES J. VALENTINE (eds.). **The Handbook of Research Synthesis and Meta-Analysis**. 2. ed. New York: Russel Sage Foundation, 2009.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1980.

FREIRE, A; KUSHNIR, B. A Folha e a ditadura. **Portal Viomundo**, dez. 2012. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/denuncias/alipio-freire-e-beatriz-kushnir-a-folha-e-a-ditadura.html>. Acesso em: 24 jul. 2018.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GASPARI, E. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

HOUTART, F. Neoliberalism and Poverty. **Spokesman Books**, p. 52-58, 2005. Disponível em: <http://www.spokesmanbooks.com/Spokesman/PDF/88Houtart.pdf>. Acesso em: 2 set. 2018.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 1940-2010. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, v. 42, 1979. Disponível em: <https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>. Acesso em: 22 jul. 2018.

KAFKA, F. **A metamorfose**. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

CARVALHO, L. M. Data Venia, o Supremo. Picuinhas se imiscuem em decisões importantes, assessores fazem o serviço de magistrados, ministros são condenados em instâncias inferiores, um juiz furta o sapato do outro – como funciona e o que acontece

no STF. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/data-venia-o-supremo/>. Acesso em: 12 out. 2018.

MARKUN, P.; HAMILTON, D. **1961: que as armas não falem**. São Paulo: Senac, 2001.

MELO, D. B. de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, D. B. de (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970-1973)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

POCHMANN, M. Estrutura social no Brasil: mudanças recentes. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 637-649, 2010.

SALLUM JÚNIOR. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 24, n. 60, p.115-135, 2016.

SALLUM JÚNIOR, B. As raízes do Brasil e a democracia. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 40-59, 2012.

SALLUM JÚNIOR, B. Metamorfoses do estado brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 35-54, jun. 2003.

SOLA, L.; KUGELMAS, E. Statecraft, instabilidade econômica e incerteza política: o Brasil em perspectiva comparada. In: Eli Diniz (org.). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: O DESAFIO DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA, 1996, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1996, pp. 398-414.

Vicente RODRIGUES trabalharam na concepção e delineamento das reflexões, realizando a revisão bibliográfica, bem como na redação do artigo, na sua revisão crítica e na aprovação da versão a ser publicada.

Membro da Comissão de Altos Estudos do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas/Arquivo Nacional. Membro do *Opening the Archives*. Doutorando em Direito, com mestrado e graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua como assistente da direção-geral do Arquivo Nacional e como pesquisador associado do Laboratório de Estudos Teóricos e Analíticos sobre o Comportamento das Instituições - Faculdade Nacional de Direito. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos e direitos fundamentais, direito de acesso à informação e proteção a dados pessoais e governamentais.

Inez STAMPA trabalharam na concepção e delineamento das reflexões, realizando a revisão bibliográfica, bem como na redação do artigo, na sua revisão crítica e na aprovação da versão a ser publicada.

Possui graduação em Ciências Sociais (1988) e em Serviço Social (1997) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestrado (2000) e doutorado (2007) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Pós-doutorado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com ênfase em Sociologia do Trabalho (2014). É professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde coordena o Programa de Pós-graduação em Serviço Social (mestrado acadêmico e doutorado). Pesquisadora na área de serviço social, trabalho e políticas públicas. Tem experiência nas áreas de Serviço Social, Sociologia e Arquivologia, com ênfase em Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, serviço social, memória social, políticas públicas e direito à memória e à verdade. É membro eleito da diretoria executiva da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social ABEPSS e da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET; Membro do *Opening the Archives: Documenting US-Brazil Relations, 1960-80s* (Brown University, USA) e da Comissão de Altos Estudos do Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil - Memórias Reveladas. Coordenadora Adjunta da Área de Serviço Social na CAPES (quadriênio 2018-2021).
